Jornal da
CONTAG
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)
ANO XI • NÚMERO 125 • JULHO DE 2015

FRUTOS DA NOSSA LUTA!

Nesta edição da CONTAG trazemos várias experiências exitosas do meio rural brasileiro. Histórias de superação que são frutos da luta conjunta e permanente do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).



R$ 28,9 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 – Pág. 3

Entrega da pauta da 5º Marcha das Margaridas – Pág. 9

Arte sobre a foto de Robispierre Giuliane



CONTAG Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

A CONTAG é filiada à: UITA COPROFAM

EDITORIAL

Análise do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016

César Ramos



Pensar no Plano Safra 2015/2016 é refletir sobre conquistas e desafios para o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Conquistas que são frutos das várias ações realizadas por nossas instâncias (CONTAG, Federações, Sindicatos e Delegacias Sindicais de Base), que têm pressionado os Governos Federal, Estadual, Municipal, e os poderes Legislativo e Judiciário, para olharem para Agricultura Familiar levando em consideração o que ela representa para o Brasil, sobretudo na garantia da Soberania e Segurança Alimentar, Geração de Emprego e Renda, Sustentabilidade Agroecológica, entre outras características próprias da forma de ser e produzir dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Assim, pontuamos algumas respostas lançadas no Plano Safra 2015/2016 que são resultados da nossa pressão no 21º Grito da Brasil, 3º Festival da Juventude Rural, Marcha das Margaridas, entre outras. Que são um reconhecimento por sermos nós os (as) protagonistas na produção de alimentos saudáveis, o que vem garantindo a saúde do povo brasileiro e do mundo.

Destacamos aqui o anúncio de R$ 28,9 bilhões para o Pronaf Crédito, representando um aumento de 20% em relação ao último Plano-Safra; Assinatura de Instrução Normativa entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) regulamentando a agroindústria de produtos de origem animal e bebidas pela Agricultura Familiar; Seguro de Renda na Agricultura Familiar (SEAF-Renda); PAA Institucional, assinatura de Decreto autorizando a compra de, no mínimo, 30% dos produtos da Agricultura Familiar pelos Órgãos Públicos Federais, representando R$ 1 bilhão na comercialização; PAA e PNAE: Destinação de R$ 1,6 bilhão; acesso ao Minha Casa Minha Vida Rural para agricultores (as) familiares do PNCF; Espaço para Agricultura Familiar dentro da ANATER e EMBRAPA; entre outras.

Entretanto, é importante afirmar que, mesmo com vários pedidos da CONTAG para que o Governo Federal mantivesse as taxas de juros anteriores do Pronaf, lamentavelmente o Governo não teve a sensibilidade que deveria em relação aos trabalhadores (as) rurais. Estipulando assim o aumento dos juros de até 2% nas linhas de crédito do Pronaf, com exceção dos Grupos A, A/C e B, que se mantiveram inalteradas. Criticamos ainda a falta de respostas concretas à todas as problemáticas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Também precisamos refletir sobre a distância entre os recursos destinados para a Agricultura Familiar, R$ 28,9 bilhões, e para o Agronegócio que teve a liberação de R$ 187,7 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário do período 2015-2016. Uma diferença de R$ 158,8 bilhões, injusta quando levamos em consideração a importância da nossa forma de produzir que prima pela variação de culturas (policultura), pelo dispersão geográfica na forma de distribuição de alimentos, ou seja, por sua proximidade ao consumidor. A produção familiar é menos propensa a influências, principalmente externas, na formação de seus preços, contribuindo, assim com o controle da inflação no país e favorecendo a geração de renda, que garante a fixação do homem e da mulher no meio rural. A Agricultura Familiar também se sobressai por adotar práticas ambientais sustentáveis, em função, principalmente, de sua característica voltada para produção de alimentos obtidos por meio da agroecologia, que conferem aos produtos da Agricultura Familiar diferencial competitivo na busca por qualidade e responsabilidade socioambiental; entre outras características que devem fazer os governos, o legislativo, judiciário e a sociedade em geral refletirem que é fundamental manter o desenvolvimento no campo, com gente, com comunidade, com garantia da preservação da vida.

Como prova concreta do nosso potencial, convidamos vocês para conhecerem nesta edição do Jornal da CONTAG, várias experiências exitosas desenvolvidas através do MSTTR, que estão transformando o meio rural brasileiro. Que são testemunhos vivos do nosso potencial.

Alberto Ercílio Broch
Presidente da CONTAG

"PEDIMOS QUE CADA AGRICULTOR E AGRICULTORA FAMILIAR POSSA APLICAR BEM OS RECURSOS DO PLANO SAFRA 2015/2016 E FAZER BONS PROJETOS!"

Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016: resultados concretos da luta do MSTTR

Como resultado da luta conjunta do Movimento Sindical dos Trabalhadores (as) Rurais (MSTTR) e de outros movimentos sociais, vieram as respostas concretas do Governo Federal às reivindicações que emanam do meio rural brasileiro no Lançamento do Plano Safra 2015/2016. "Produzimos alimentos saudáveis. Com isso fazemos algo imprescindível para que o país garanta a soberania e segurança alimentar. É fundamental manter o desenvolvimento no campo, com gente, com comunidade e desenvolvimento. Investir na Agricultura Familiar é investir no ser humano. O Plano Safra é importante quando de fato chega na roça", afirmou o presidente da CONTAG, Alberto Broch, durante o Ato Solene.

A presidenta Dilma Rousseff aproveitou para destacar produção de alimentos saudáveis da Agricultura Familiar. "2015 é muito significativo para mostrar que a proteção da terra-mãe é também uma questão de inclusão social, por isso, temos certeza que teremos boas realizações por vocês agricultores (as) familiares. Vocês são a garantia de uma alimentação com soberania e segurança alimentar", afirmou a presidenta.

Roberto Stuckert Filho/PR



RESULTADOS

PRONAF – Para o Pronaf, o Governo Federal disponibilizou R$ 28,9 bilhões para agricultura familiar.

TAXAS DE JUROS – Quanto às taxas de juros, ficou definido 0,5 a 5,5% ao ano, porém com tratamento diferenciado para os de menor renda, sobretudo para os (as) agricultores do semiárido, que terão variação de 0,5 a 4,5% ao ano.

SEGURO DE RENDA DA AGRICULTURA FAMILAIR – Novo seguro da Agricultura Familiar com até 80% da receita bruta esperada, limitada a R$ 20 mil.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER/ANATER) – Inclusão de novas 230 mil famílias, sendo 188 mil famílias do semiárido nordestino. Além disso, será implementada a Agência Nacional de ATER (ANATER) como instrumento operacional da Política Nacional de ATER (PNATER).

COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO – Criado o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar (COOPERAF), com objetivo de disponibilizar apoio à gestão para cerca de mil cooperativas.

SUASA – Com a simplificação da regulamentação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) todos (as) poderão comercializar sua produção com qualidade e com respeito às exigências sanitárias em todos os Estados brasileiros.

PAA E PNAE – Agora, pelo menos 30% dos alimentos consumidos pelos órgãos da Administração Pública Federal devem ter origem na Agricultura Familiar.

BANCO DE SEMENTES – Apoio aos bancos comunitários de sementes, com grãos de qualidade adaptados as condições dos vários lugares do Brasil, garantindo assim autonomia para a Agricultura Familiar.

CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) – Publicação da Portaria que regulamenta o acesso dos beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural.

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – Disponibilidade de ATER e Capacitação para mulheres terem acesso ao crédito, sendo que do total de beneficiários (as) do PNCF e das Chamadas Públicas de ATER, 50% devem ser para mulheres trabalhadoras rurais. E o Programa de documentação deve alcançar 100 mil mulheres em todo o Brasil.

REFORMA AGRÁRIA – Regularização de territórios quilombolas com a assinatura de 10 decretos de titulação de terras, assistência técnica especifica para 33 mil famílias e Lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária.

JUVENTUDE RURAL – Cota mínima de 25% nas Chamadas Públicas de ATER, atendendo 22,8 mil jovens e lançamento do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural.

MAIS: VEJA NO LINK DO PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2015/2016
http://www.mda.gov.br/plano_safra/

ATUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

XXIII REAF MERCOSUL 10 ANOS
Presidência *pro tempore* brasileira

A XXIII Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL (XXIII REAF) foi realizada durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, em Brasília (DF), no qual contou com a presença dos representantes dos governos, dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil de onze (11) países latino-americanos.

Antes de ampliar os debates com os governos, as organizações da sociedade civil dos países representados realizaram uma reunião que contou com a presença da Frente Parlamentar Contra a Fome, do Fórum Rural Mundial e da Universidade de Integração Latino-Americana.

Na oportunidade, ocorreu a apresentação do estudo sobre "Incidência das Organizações de Agricultores Familiares, Camponeses e Indígenas do MERCOSUL ampliado e Politicas Públicas". O estudo é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com a REAF, que concluiu que a formulação e implementação de politicas públicas não são simples, pois requerem politicas diferenciadas e estruturantes a favor da Agricultura Familiar. Outro ponto debatido foi o papel da Frente Parlamentar Contra a Fome, no qual se reconhece a importância da relação estratégica com a REAF objetivando o avanço do diálogo e da participação social na elaboração e implementação de políticas públicas regionais para Agricultura Familiar.

Depois de muitos debates e reflexões na XXIII Reunião da Sociedade Civil Especializada da Agricultora Familiar do MERCOSUL (XXIII REAF) em Brasília (DF), segue mais fortalecida com proposições importantes para avançar com a Agricultura Familiar no Brasil e América Latina. "Um momento importante que marcou a REAF MERCOSUL foi a disposição da Rede em continuar com avanços na implementação das diretrizes voluntárias de governança da terra com politicas públicas. Destacamos também a realização dos Cursos de Jovens Líderes Rurais e a presença da REAF na 5ª Marcha das Margaridas. Ressaltamos ainda a retomada do tema da Água e os encaminhamentos para as sessões das questões relacionadas a agricultura familiar e assalariados (as) rurais" , afirmou o vice-presidente, secretário de Relações Internacionais da CONTAG, e secretário de Formação da COPROFAM, William Clementino.

César Ramos



DESAFIOS COMUNS PARA SEREM IMPLEMENTADOS NA REGIÃO:

- **Construir normativos comuns sobre questões sanitárias com ênfase na Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e comunitária;**
- **Avançar nos intercâmbios de compras públicas na região com enfoque nas experiências realizadas pelas mulheres;**
- **É necessário que as seções nacionais formule propostas para definir estratégias de debate;**
- **Incidência nos diversos espaços de feira e incidência da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e comunitária.**
- **Avançar na Diretrizes Voluntárias de Governança da Terra com enfoque na reforma agrária e estrangeirização da terra.**



EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR

Vitória da Associação Cajá dos Negros

Trazemos nessa edição especial do Jornal da CONTAG a experiência exitosa de 15 famílias da Associação Cajá dos Negros, na zona rural de Batalha no sertão alagoano.

Uma história de gente que vivia na extrema pobreza, trabalhando para fazendeiros da região para conseguir depois de três diárias o equivalente a 30 reais por semana. O valor irrisório não dava nem para as famílias se alimentarem direito. Muitos pais e mães, para não verem os filhos (as) morrerem, acabavam não comendo nada durante o dia. Outros (as) deixavam as crianças perambulando nas imediações em busca de algum "pedaço de pão".

Hoje, depois muita luta e do processo de organização das famílias, orientado pela CONTAG e Fetag de Alagoas, essas famílias moram em imóveis adquiridos com recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e são protagonistas de uma história de superação. "Sempre que precisamos da CONTAG e Federação, eles (as) têm nos ajudado e orientado para continuarmos crescendo e sobrevivendo da nossa atividade. Eles (as) sabem do nosso compromisso e responsabilidade. Sempre digo que me sinto um 'homem milionário', pois ter comida na mesa todos os dias para dar aos meus filhos (as) é muito bom e me deixa muito satisfeito", revela o agricultor Cícero Leite da Silva, que narra com entusiasmo a melhoria na vida de cada família.

E assim, nos 10 hectares ocupados por cada família, eles (as) vêm trabalhando com lavouras de subsistência e criação de gado, o que tem garantido uma boa produção de leite e derivados, como queijo, doce, coalhada, manteiga, entre outros, assegurando a segurança alimentar e renda para as famílias e à comunidade.

Mas a história de sucesso dessa gente bravia não para por aqui. Na propriedade as famílias contam com um tanque de resfriamento de leite com capacidade para 2 mil litros por dia, possibilitando assim o aumento e fortalecimento da produção.

Outra conquista importante, foi a de garantir lugar certo para produção, pois boa parte dos (as) trabalhadores (as) rurais também estão cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Modalidade Especial Leite, o que vem ajudando no escoamento da produção para as escolas públicas da região e garantindo uma boa renda para o povo forte de Cajá dos Negros. "Ter adquirido essa terra pelo Crédito Fundiário foi tudo de melhor na vida da minha família. Hoje eu acordo feliz e tranquila, pois sei que meu marido trabalha só pra nós, não precisa mais ficar sendo humilhado e pedindo trabalho a um e outro pra ganhar uma miséria que mal dava pra comer", ressalta com um olhar reflexivo dona Rosa, esposa de beneficiário José Duda e a mulher mais idosa da comunidade.

O PNCF é um Programa que tem garantido o acesso à terra em complemento às ações de Reforma Agrária no Brasil. Tudo começa na terra. Sem ela, o agricultor (a) não tem como produzir e sobreviver. "Com o crescente número de desempregados (as) na zona rural, o PNCF tem sido a salvação de muitas famílias, a exemplo de Cajá dos Negros, que nos enche de orgulho, pois são pessoas que saíram da relação dos miseráveis do Brasil para ter uma vida digna e feliz. A CONTAG e Fetag Alagoas têm reafirmado o seu compromisso e parceria com o Crédito Fundiário quando busca organizar os processos com seriedade, qualificando através da Capacitação Inicial os agricultores e agricultoras para que comprem sua terra sabendo de todos os direitos e compromissos com o programa", revelou, emocionado, o secretário de Política Agrária da Fetag Alagoas, Manoel Felizardo dos Santos.



Arquivo Fetag-AL

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR



Arquivo Fetagri-PA

Grupos de Estudos Sindicais: fortalecendo a luta na base

Em assentamentos do semiárido ou no meio da floresta amazônica, dentro de barcos ou embaixo de árvores, no meio de canaviais ou nas casas das pessoas. Os Grupos de Estudos Sindicais (GES) foram criados, em 2006, como parte da estratégia formativa da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) para disseminar entre os (as) trabalhadores (as) rurais de todo o Brasil os conhecimentos necessários para que eles possam lutar pelos seus direitos e por um país mais justo.

Os GES são espaços onde é possível, a partir da realidade local, discutir a valorização da identidade camponesa, os resgates dos valores éticos e socioculturais, construir coletivamente o conhecimento necessário para repensar o presente e projetar o futuro das nossas organizações. Além disso, os grupos de estudo trazem a possibilidade de afirmar as lutas e conquistas do Movimento Sindical e fortalecer a autoestima das lideranças e coordenações sindicais.

Estar em contato direto com os (as) trabalhadores(as) rurais, com integrantes de sua família e da comunidade traz a experiência real da vida das pessoas. É conversando com elas que podemos aprender quais são suas dificuldades, suas demandas, suas dúvidas e quais as formas mais adequadas de buscar soluções. Construindo coletivamente e trocando conhecimentos, a luta fica mais forte, pois todos (as) os (as) envolvidos (as) se descobrem capazes de trabalhar pela mudança social. Entender a realidade, e a maneira como ela é construída socialmente, é uma das atividades mais importantes dos GES.

OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO – A responsável pela expansão das atividades que chegam até as comunidades rurais é a Rede de Educadores e Educadoras Populares da ENFOC, formada por pessoas que passaram pelos cursos de formação da escola. Os (as) educadores(as) são sujeitos fundamentais para a formação política dos(as) trabalhadores(as) rurais, pois têm o compromisso de multiplicar os conhecimentos, levando a formação até a base.

No Pará, o primeiro contato dos(as) dirigentes sindicais com o trabalho da ENFOC aconteceu em 2006. Desde então, a atuação da escola vem crescendo a cada ano. Os primeiros GES no estado começaram a ser realizados quatro anos depois, em 2010, no município de Tailândia, na regional de Guajarina. Essa iniciativa foi muito importante para a consolidação de outros grupos de formação de base no estado. O avanço dos GES nessa região se deve ao fato de nela ter sido feitas as primeiras vivências formativas em âmbito municipal da ENFOC.

As atividades se realizam a partir da participação de lideranças sindicais da regional que, ao passarem pelos Itinerários da ENFOC no estado – turmas estadual, regional e municipal – foram, durante os processos, estudando e amadurecendo a ideia da construção dos grupos de estudos nas suas comunidades. Encerrados esses primeiros momentos dos cursos, cada participante assumiu o compromisso de construir os grupos de estudos sindicais nas comunidades. Desde então, o Pará se consolida como uma região que mantém e valoriza essas oportunidades de crescimento e fortalecimento da formação de nosso trabalhador (a), pois todos nós somos a base e precisamos continuar na luta.



Recadastramento sindical no Maranhão

Atualizar as informações dos (as) associados (as) é uma necessidade para melhor acompanhar o trabalho de todo o movimento sindical. Por todo o Brasil, vários sindicatos já estão realizando o recadastramento dos sócios e sócias. Na Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Maranhão (Fetaema), o trabalho começou em 2013, quando a Secretaria Geral iniciou, junto a outras Secretarias da casa, um debate sobre a necessidade de recadastramento dos (as) associados (as).

A princípio, as informações seriam úteis para a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e para o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), mas os dirigentes da Federação do Maranhão logo viram a possibilidade de ampliar a utilidade e formar um banco de dados sobre os integrantes do Movimento Sindical do estado para que tivesse subsídios para a construção de propostas e demandas. A equipe de Tecnologia da Informação da Fetaema desenvolveu então um sistema para o cadastramento dos dados dos (as) associados (as), que foi lançado em março daquele mesmo ano.

MOBILIZAÇÕES E PARCERIAS – De acordo com a Secretária Geral da Fetaema, Ângela Maria de Sousa Silva, os primeiros meses foram de mobilização e sensibilização dos (as) dirigentes dos sindicatos e dos trabalhadores e trabalhadoras. “Explicamos para todos quais eram os objetivos do sistema: fazer um recadastramento dos (as) associados (as) e formar um banco de dados para que a gente soubesse como é realmente a nossa base: quantos homens, quantas mulheres, quantos são jovens, quantos idosos. Com o recadastramento, retiramos os nomes dos trabalhadores (as) que já morreram, ou que mudaram de categoria, por exemplo”, explica Ângela.

Em 2013, ano do lançamento do sistema, a Fetaema realizou 45 mil cadastros, entre antigos sócios (as) e novas filiações. Em 2014, graças à mobilização e parceria feita com a rede de educadores (as), o número dobrou: o ano fechou com 90 mil associados (as) recadastrados (as). Em junho de 2015, o sistema já conta com o registro de 110 mil trabalhadores(as) e a meta é chegar a 200 mil até o final do ano.

“No início foi um trabalho integrado com outras Secretarias e com os educadores (as) populares. Depois que construímos o formulário, pensamos uma estratégia. Fizemos uma ampla mobilização, debates com o pessoal da rede de educadores (as). Foram feitos mutirões nos municípios, onde mostramos como fazia o recadastramento. Fizemos entrevistas com os (as) associados (as), o preenchimento dos formulários, pegando os dados, fazendo a capacitação nos municípios. Isso foi fortalecendo a ação. A escola unificou os mutirões, aumentou o número de pessoas recadastradas”, contou a secretária geral da Fetaema.

RÁPIDO E FÁCIL – O sistema de informatização está disponível on line e off line – ou seja, na internet e também fora da internet. Todos os sindicatos filiados à Fetaema podem ter acesso ao sistema. “A gente recomenda que cada sindicato faça uma assembleia para aprovar o recadastramento. Quando a ata da assembleia chega à Federação nós encaminhamos o link pelo e-mail, os sindicatos baixam e instalam nos próprios computadores. Damos também um login e uma senha. Como é um sistema leve, não é necessária uma internet muito rápida, nem suporte técnico de pessoal físico”, explica Ângela. O sistema da Fetaema chega hoje a 130 municípios. A meta da federação é chegar ao final do ano com o sistema instalado em todos os 214 municípios do estado.



Arquivo Fetaema

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR

Homeopatia e agroecologia na produção aumenta saúde dos(as) trabalhadores(as)

O uso de agrotóxico pode causar diversos tipos de cânceres, graves problemas respiratórios, nos olhos, na pele e em diversos outros órgãos. De acordo com pesquisa da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), 72% dos agricultores(as) da região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, já estão contaminados (as) com pesticidas.

Mas uma iniciativa nascida dentro do Movimento Sindical da região começa a mudar esse cenário: o Projeto de Agroecologia, Homeopatia, Saúde e Segurança no Campo constrói novas práticas de produção com o objetivo de eliminar completamente o uso de venenos pelos(as) agricultores(as) locais.

Atualmente, participam do projeto 57 famílias de 36 comunidades em 13 municípios do sul do estado. A região é grande produtora de hortaliças, legumes, verduras, frutas e flores não apenas para consumo interno, mas também para municípios vizinhos e cidades como Belo Horizonte e no interior de São Paulo.

ECONOMIA E SAÚDE – O projeto saiu do papel em 2011, por iniciativa dos Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais dos municípios de Desterro do Melo, de Barbacena e de Carandaí. Os idealizadores apresentaram o projeto ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cereste) regional, que passou a ser parceiro da iniciativa e financia 60% dos custos. Os outros 40% são financiados pelos sindicatos da região e pela Federação dos Trabalhadores (as) Rurais de Minas Gerais (Fetaemg).

"Muito mais que os ganhos econômicos, a mudança de práticas de produção traz mais saúde e menos riscos para os (as) trabalhadores (as), para suas famílias e também para os consumidores. Sem utilizar agrotóxicos, os (as) agricultores (as) não precisam mais se endividar para comprar as substâncias e também deixam de se expor aos riscos do veneno", explica o coordenador do projeto, Anderson Luiz Carvalho Inocêncio.

Agricultor familiar e filho de liderança sindical rural, Anderson Inocêncio estudou muito para começar a mudar a realidade da sua região. Curso técnico em Agropecuária, curso de agroecologia, de homeopatia, de Pedagogia da Alternância, de elaboração de projetos e Licenciatura em Educação do Campo: todos esses conhecimentos ajudaram a construir um projeto onde o (a) agricultor (as) faz parte da construção do conhecimento, aplica as novas práticas e multiplica os saberes em sua comunidade.

Anderson afirma que um dos objetivos do projeto é que todas as famílias de agricultores (as) consigam a certificação do Sistema Agroecológico de Transição (SAT), concedida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária. "Esse selo garante para o (a) consumidor (a) que aquela produção é orgânica, feita sem o uso de agrotóxicos. Nossos trabalhadores (as) rurais permanecem saudáveis e a sociedade também. Todos ganham", destaca o coordenador.

OS PRÓXIMOS DESAFIOS – De acordo com o coordenador do projeto, o grupo viu que é necessário fazer um trabalho direto com a juventude rural, para disseminar ainda mais os conhecimentos. Além disso, é preciso fazer um trabalho para combater o machismo do meio rural brasileiro e trabalhar pelo empoderamento das mulheres trabalhadoras do campo. "Também precisamos divulgar esse trabalho e construir os canais para formar uma rede de comercialização", aponta Anderson Inocêncio, que aposta na educação do campo e Pedagogia da Alternância como uma das principais maneiras de trabalhar para superar os desafios.

César Ramos



Se você quiser saber mais sobre essa experiência, a CONTAG, em parceria com a Fiocruz e o Ministério da Saúde lançarão no segundo semestre deste ano um documentário sobre o Projeto de Agroecologia, Homeopatia, Saúde e Segurança no Campo. Divulgaremos tudo em nossas redes sociais, fique atento!

César Ramos

5ª MARCHA DAS MARGARIDAS



Margaridas rumo à 5ª Marcha

Empoderada politicamente e carregada de força e animação, a coordenação da Marcha das Margaridas entregou às mãos da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, para a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, e às representantes de diversos Ministérios presentes, o caderno de pauta da 5ª Marcha das Margaridas, no dia 03 de julho em Brasília (DF).

"A pauta entregue ao Governo Federal é o resultado das vozes das Margaridas Nordestinas, do Sul, do Norte, do Cerrado e do Sudeste de nosso país. Nela se expressam a voz de margaridas de todas as idades, quilombolas, pescadoras, assalariadas e agricultoras familiares. A principal reivindicação destas margaridas é o enfrentamento a violência e o questionamento ao modelo de desenvolvimento, para o qual propomos maior prioridade na Soberania Alimentar", destacou a secretária de Mulheres da CONTAG, Alessandra Lunas, durante a entrega da pauta ao Governo Federal.

Com o mesmo sentimento próprio das margaridas, elas floriram a Câmara dos Deputados (as) no dia 1º de julho em uma Audiência Pública requerida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, onde expuseram os principais itens da pauta da Marcha das Margaridas ao Congresso Nacional, também protocolados no Gabinete da Câmara, que trazem os anseios das mulheres do campo, das águas e da floresta.

Bom lembrar que todas as reivindicações trazidas na pauta da 5ª Marcha das Margaridas é resultado de um processo coletivo, bem articulado por elas, que perpassaram pelas inúmeras atividades realizadas nas comunidades, sindicatos, regionais e encontros estaduais, e finalmente pelas Jornadas das Margaridas que aconteceram nas cinco regiões do nosso Brasil continente. Jornadas marcadas por debates sobre a realidade das mulheres do campo, da floresta e das águas e os grandes desafios que elas têm enfrentado. Onde elas refletiram sobre seus anseios de uma vida sem violência, com paz, igualdade, justiça, liberdade, democracia, com acesso à saúde e educação de qualidade, com trabalho valorizado, condições para viver e produzir alimentos de qualidade, agroecológicos, em suas comunidades e assentamentos.

"Lutamos em defesa de outro projeto de sociedade, mais justo e mais igualitário entre homens e mulheres, por isso estaremos nas ruas, 11 e 12 de agosto em Brasília (DF), lutando por um Brasil mais soberano, onde a democracia possa ser sempre a nossa maior força, capaz de efetivamente protagonizar os anseios das mais de 100 milhões de mulheres que somos", afirmou Alessandra durante as Jornadas das Margaridas.

Lívia Barreto





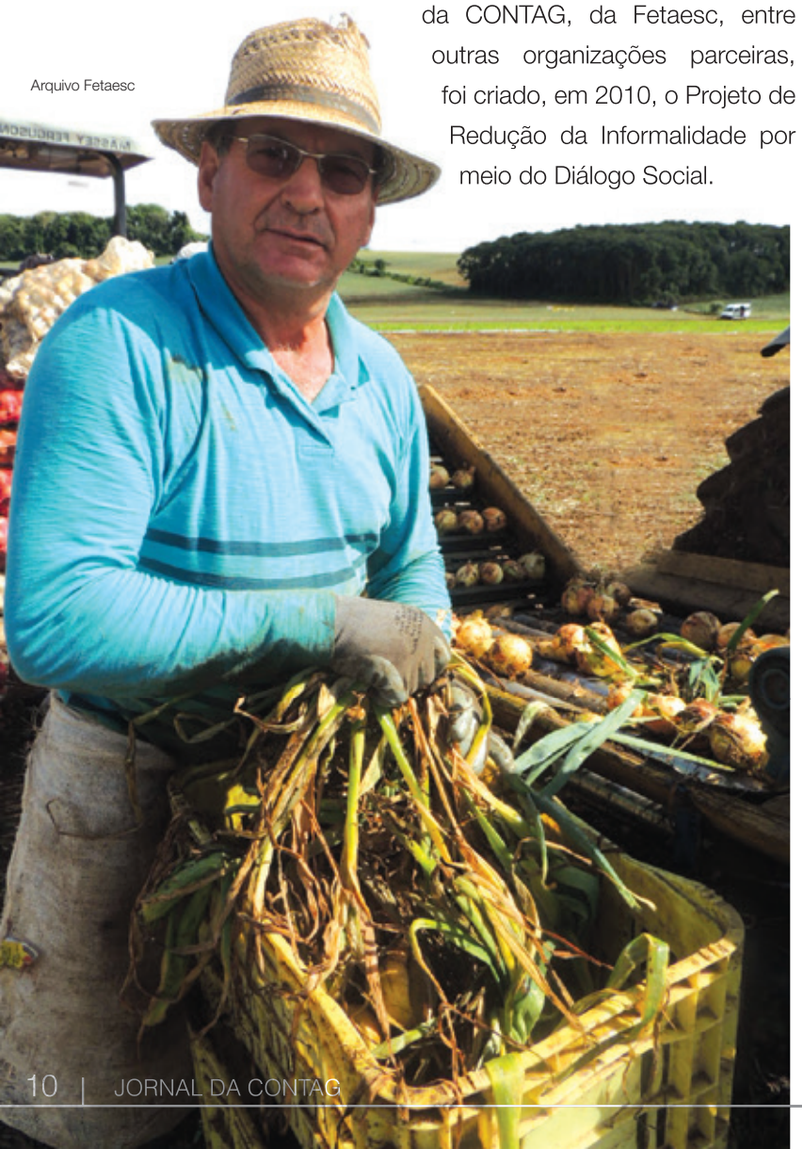
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR

Combate a Informalidade na região de Ituporanga (SC)

A produção de cebola pela Agricultura Familiar da região de Ituporanga, em Santa Catarina, sempre gerou milhares de postos de trabalho, beneficiando os assalariados e assalariadas rurais daquela região. O grande obstáculo para os (as) agricultores (as) familiares era a formalização das contratações já que as exigências impostas pela Legislação, em especial pela Lei 11.718/2008 – que permite que estes agricultores (as) contratem 120 dias/homem por ano sem perder a condição de segurado especial.

"Todos daqui, agricultores (as) familiares e assalariados (as) rurais, esbarravam em várias dificuldades. Por exemplo, para contratar 5 trabalhadores(as), o empregador(a) precisava ir no contador umas 5 vezes e apresentar vários documentos, já que o serviço que prestavam no plantio da cebola é de curta duração, cerca de 20 dias", revelou o secretário de Finanças e Administração da Fetaesc, Joãzinho Althoff.

Foi aí que com a força da Secretaria de Assalariados (as) Rurais da CONTAG, da Fetaesc, entre outras organizações parceiras, foi criado, em 2010, o Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social.



Arquivo Fetaesc

"Foi para resolver todos esses problemas que firmamos uma parceria entre a CONTAG, Fetaesc, STTR´s de Ituporanga e região, assim como com o Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho e Emprego, OAB, Associação dos Procuradores do Estado, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, dentre outros. Todos estes atores sociais foram reunidos para discutir e tentar superar os graves obstáculos existentes que impediam a formalização das relações de emprego entre agricultores (as) familiares e os assalariados (as) rurais", destaca o técnico do DIEESE, Júnior César Dias.

A partir das reuniões foi possível a construção de um diagnóstico detalhado dos problemas, o que possibilitou que as entidades sindicais pudessem dar um passo importante que foi a abertura de um canal permanente de diálogo com o Governo Federal que se materializou com a criação, em 2011, de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em Brasília, reunindo representantes da CONTAG, Fetaesc, Ministério do Trabalho, Previdência Social, FGTS, INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, DIEESE, para, a partir das informações levantadas no piloto, construir mecanismos que simplificassem a formalização destas relações de trabalho.

Além da criação do Grupo de Trabalho Interministerial, a Fetaesc e o Sindicato de Ituporanga passaram desenvolver serviços de apoio à agricultura familiar para formalizar estas relações, como o oferecimento de serviços contábeis e o desenvolvimento de um programa de computador que, ao receber os dados da contratação, não só emite as guias de recolhimento de impostos, como faz o cálculo de toda a recisão do contrato de trabalho. "Todas estas ações viabilizaram a formalização de 80% dos contratos de trabalho região da cebola", destacou Joãzinho Althoff.

A experiência de Ituporganga foi decisiva para assegurar a criação de um módulo especial para o Agricultor Familiar no âmbito do eSocial – projeto do Governo Federal para unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados (as) e que visa desburocratizar o processo de contratação como a emissão de guias para o pagamento de impostos. "Estamos lutando para que o governo federal coloque no ar o eSocial ainda em 2015, pois além de dar segurança para o trabalhador (a) e para o empregador (a), poderá trazer facilidades para o agricultor(a) familiar, que pode vir ao Sindicato, sair com as guias e recolher os encargos no banco, sem se preocupar com outras coisas", destaca Elias Borges, Secretário de Assalariados(as) Rurais da CONTAG.



DENUNCIE A VIOLÊNCIA

Combate a Violência Contra o(a) idoso(a): respeito não tem idade

Envelhecer é uma benção, porque a outra opção é a morte". Esse dito popular tem a intenção de mostrar como todas as pessoas devem se sentir felizes em poder prolongar a existência e aproveitar por mais anos a possibilidade de conviver com a família, com os (as) amigos (as) e desfrutar tudo o que o mundo nos proporciona.

Infelizmente, para muitos (as) idosos (as), o envelhecimento não é uma benção. A cultura ocidental não aprecia as pessoas que chegam à terceira idade. Os (as) mais velhos (as) tendem a ser esquecidos (as) e menosprezados pelas pessoas mais novas, que não valorizam o conhecimento acumulado por aqueles que viveram mais tempo.

É preciso sempre lembrar da importância de lutar contra qualquer tipo de violência contra os (as) idosos (as). A ideia de que as pessoas da terceira idade já não são mais úteis para o mundo é uma ideia distorcida e que tem consequências muito cruéis. Abandono, maus-tratos, violência física são as mais frequentes formas de violência contra essa geração, que muitas vezes já sofre com doenças e com as fraquezas próprias da idade mais avançada.

A LUTA TAMBÉM É SUA – "As pessoas da chamada terceira idade são responsáveis pela renda de muitas famílias brasileiras, que dependem de suas aposentadorias, pensões e benefícios. Muitas avós e avôs criam os netos enquanto os pais precisam ir trabalhar. Muitos idosos (as) aposentados (as) ainda podem e querem contribuir para o mercado de trabalho com sua experiência. Os (as) idosos (as) têm muito a ensinar, mas esse fato não é reconhecido por grande parte da sociedade", afirma a secretária de Terceira Idade da CONTAG, Lúcia Moura. Ela aponta ainda que 84% dos trabalhadores (as) rurais aposentados (as) continuam ativos (as), trabalhando em suas propriedades.

No Brasil, a partir do 60º aniversário, uma pessoa já é legalmente considerada idosa, de acordo com a Política Nacional do Idoso (1994) e do Estatuto do Idoso (2003). O Brasil conta hoje com cerca de 24,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais - entre elas, mais de 30 mil já passam de 100 anos.

A população de nosso país está vivendo cada vez mais: atualmente, a expectativa dos brasileiros (as) é de 74,5 anos (em 1950 era de apenas 50 anos e no início do século 20, era de apenas 33,5 anos). Você e sua família têm a intenção de viver por mais tempo e também vão precisar de cuidados quando chegarem a momentos de fragilidade. Por isso, pensem também naqueles (as) que estão envelhecendo perto de vocês: seus pais, seus avós, seus tios, seus vizinhos. Eles merecem respeito, como você também merecerá quando ficar mais velho. Luta contra a violência contra o idoso: essa luta também é sua.



Arquivo Fetaep

DENUNCIE A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS PELO DISQUE 100

O Disque Direitos Humanos – Disque 100 funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. As denúncias podem ser anônimas, e o sigilo das informações é garantido, quando solicitado pelo demandante.

SUSTENTABILIDADE SINDICAL

Entenda melhor o que será disponibilizado para os sindicatos com a adesão ao Plano Sustentar

PLANO SUSTENTAR

O Plano Sustentar é uma estratégia para fortalecer as bases da sustentabilidade politico-financeira do movimento sindical, buscando melhorar as ações políticas e a arrecadação das entidades sindicais. O Plano está estruturado em três eixos estratégicos articulados entre si: Gestão Administrativa e Financeira, Formação e Comunicação.

No eixo estratégico da Gestão Administrativa e Financeira, serão disponibilizados para as entidades sindicais que aderirem ao Plano Sustentar:

• **O Termo de Adesão**, que será assinado pelo sindicato. O termo é um compromisso político assinado pelo sindicato com o Plano Sustentar. O documento estará disponível no site da CONTAG. O sindicato deve imprimir o Termo de Adesão, assinar e enviar para a federação. A federação enviará cópia eletrônica para a CONTAG.

• Depois de assinar o Termo de Adesão, o sindicato terá acesso ao **Sistema Informatizado de Gestão Administrativa e Financeira**. O sistema será disponibilizado via internet e nele as entidades preencherão as informações para o **Perfil das Entidades Sindicais**. O perfil será um cadastro que tem como objetivo a formação de um banco de dados sobre o sindicato.

• **Modalidade de premiação:**

1) Entre os sindicatos que aderirem ao Plano Sustentar serão premiados aqueles que obtiverem melhores resultados nas ações do Plano.

2) Os (as) trabalhadores(as) que contribuírem com os sindicatos que aderiram ao Plano Sustentar serão premiados por sorteio.

•**Seguro Vida**. Oferecerá indenização por morte acidental e Serviço de Assistência Funeral.

Neste jornal, vamos detalhar melhor o que significa o Seguro Vida: a CONTAG e as FETAGs identificaram que os (as) trabalhadores (as) rurais têm procurado contratar seguros de vida e, principalmente, serviços de assistência funeral. Por isso, depois de discutido conjuntamente com as federações, a CONTAG realizou uma cotação de preços e está perto de fechar contrato com uma seguradora para oferecer esses serviços aos aposentados e pensionistas rurais que contribuem mensalmente com o sindicato.

O custeio desse seguro será pago pela CONTAG, federações e sindicatos. Ou seja, não haverá custo adicional ao valor da mensalidade social. A CONTAG está negociando um valor do seguro de vida individual que seja acessível para as entidades sindicais.

"O principal objetivo é levar uma garantia de segurança e amparo à família dos aposentados e pensionistas e aumentar o número de associados(as) dos sindicatos", afirma o secretário de Administração e Finanças da CONTAG, Aristides Santos. Ele acrescenta que isso não significa que o sindicato deixará de cuidar de todas as políticas públicas de inclusão dos aposentados e pensionistas a exemplo da Saúde, Segurança Pública e ações contra o endividamento, especialmente pelo crédito consignado.

Em breve os sindicatos receberão as informações completas sobre a forma de participação no Seguro Vida. Ou seja, como serão incluídos(as) os(as) aposentados(as) e pensionistas, valores e formas de pagamento, entre outras questões.

O Sistema Informatizado de Gestão Administrativa e Financeira estará disponível nos próximos dias no site da CONTAG para que os sindicatos que aderiram ao Plano Sustentar possam preencher o Perfil das Entidades Sindicais para, dessa forma, participarem de todas as ações do Plano Sustentar.



EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR

Deixar de fazer o Cadastro Ambiental Rural pode dar muito prejuízo

O Cadastro Ambiental Rural é o levantamento da situação ambiental das propriedades. Fazer esse monitoramento é importante para que o governo brasileiro saiba exatamente como está sendo feita (ou não) a preservação por parte dos produtores rurais. Isso é importante para o futuro de todo o País.

Se o agricultor (a) não fizer o Cadastro Ambiental Rural ele ficará sem acesso ao crédito rural e não será beneficiado (a) com os avanços obtidos para a agricultura familiar. Embora o prazo dado pelo governo para a execução do CAR se estenda até o maio de 2016, as instituições financeiras já estão exigindo o registro do cadastro para conceder empréstimos para produtores rurais.

Além disso, os agricultores que não fizerem o CAR perdem os benefícios concedidos pela Lei 1265/2012 (a lei do Código Florestal), que permite, por exemplo, a conversão de multas por passivos ambientais em prestação de serviços. Outra consequência é que, sem o CAR, o produtor (a) não tem acesso ao Plano de Regularização Ambiental - PRA, o instrumento que permite que o agricultor informe de que maneira vai regularizar, em até 20 anos, o passivo ambiental que possa haver em sua propriedade.

Senão fizer o CAR e não aderir à proposta de regularização do PRA - que precisa ser aprovada pelos órgãos de proteção do meio ambiente, o produtor rural pode ter sua propriedade embargada, ser proibido de vender sua produção e pode ser multado pelas irregularidades.

Como você pode ver, deixar de fazer o CAR pode dar muito prejuízo. Mas proteger o meio ambiente e recuperar os danos ambientais só trará benefícios para você, para sua propriedade e para todo o Brasil. Sem recursos naturais o ser humano não vive, a propriedade não produz, o futuro não existe. A vegetação natural, as matas ciliares e as florestas são fundamentais para a preservação da água e também da vida dos animais silvestres como abelhas outros animais polinizadores, importantes para a produção de diversas culturas.

PROCURE O SEU SINDICATO! – Os sindicatos e as Federações podem ajudar os trabalhadores rurais neste processo, dando todas as explicações sobre o que é necessário para fazer o Cadastro Ambiental Rural. Na região Centro Oeste, a Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Mato Grosso (FETAGRI-MT) acompanha e apoia um processo-piloto no estado, o agricultor(a) depois de ter realizado seu cadastro, fez por conta própria o Plano de Recuperação Ambiental de sua propriedade. O produtor contratou um advogado e um engenheiro ambiental, que fizeram com ele uma proposta sobre como recuperar as dívidas ambientais que existem na propriedade.

A proposta foi aprovada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso e, a partir dessa aprovação, o Ibama desembargou a propriedade. O produtor (a) realizou um Termo de Acordo de Compromisso com o Incra no qual se compromete a reverter os danos ambientais em um período de 20 anos. A cada dois anos ele deverá apresentar ao órgão um relatório sobre os avanços da recuperação. “A Fetagri-MT pode apresentar esse exemplo para os outros agricultores (as) que precisam fazer o CAR, além de oferecer oficinas e treinamentos para todos os sindicatos que queiram saber sobre como fazer e o que é necessário para realizar o cadastro”, afirma o secretário de Meio Ambiente Fetagri-MT, Orlando Luiz Nicolotti.



Fabrício Martins



Habitação rural e quintais produtivos: uma combinação que gera saúde e renda

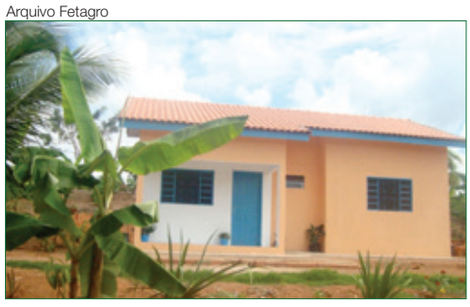
Arquivo Fetagro



Arquivo Fetagro



Arquivo Fetagro



Ter uma casa própria nova, decente e confortável é o grande sonho da maior parte dos (as) trabalhadores(as) rurais brasileiros. E se, além da moradia, o(a) agricultor(a) ainda tivesse em seu quintal uma horta diversificada e farta, cultivada sem agrotóxicos para garantir a segurança alimentar da família, ou uma granja de galinhas caipiras, ou uma criação de porcos, com a possibilidade de vender o excedente da produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou em feiras municipais?

Esse cenário é realidade para 4054 famílias em Rondônia. Desde 2010, todas as famílias que participaram dos programas de habitação rural mediados pela Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura de Rondônia (Fetagro) se comprometem a fazer parte de um projeto técnico-social proposto pela Federação: um quintal produtivo. Pode ser uma horta ou um local para criação de pequenos animais, com o objetivo de alimentar a família e, também, de possibilitar uma fonte de renda para o(a) trabalhador(a).

A partir de 2006 a Fetagro iniciou o trabalho de construir moradias para os trabalhadores (as), utilizando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em 2010, as unidades habitacionais passaram a ser executadas por meio do Minha Casa Minha Vida Rural, fruto de conquista do Grito da Terra Brasil de 2009 - quando o MSTTR reivindicou um modelo de habitação diferenciado para o meio rural dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. A partir daquele ano, a Fetagro passou a incluir a contrapartida do projeto técnico-social para garantir muito mais que apenas um teto para as famílias.

A secretária de Política Agrícola da Fetagro, Elessandra Machado Dutra Silva, explica que, durante a construção da moradia, a Federação promove dois seminários com as famílias, onde falam sobre as possibilidades de comercialização, sobre a importância de produzir sem agrotóxicos, organização da produção, preservação do meio ambiente e outros assuntos. Os sindicatos também têm participação ativa no processo e fazem o acompanhamento constante das famílias. “Esse programa para nós é muito importante porque fortalece a agricultura familiar e fortalece o agricultor (a)”, afirma Elessandra.

Um bom exemplo é a propriedade da senhora Elizabeth Torres Silva, do município de Jaru, na região central do estado. Desde 2012, quando recebeu a casa, a agricultora mantém um quintal que produz muito mais que o suficiente. “Planto cheiro verde, couve, pimentão, pimenta de cheiro, banana, laranja, limão, abacaxi e muitas outras coisas. Vendo para a Conab e para o PNAE e isso me dá renda extra, muito importante para o orçamento da minha casa. A maior parte dos meus vizinhos (as) que construiu a casa pelo Programa de Habitação Rural também têm um quintal produtivo e nós estamos muito satisfeitos (as) com os resultados”. Dona Elizabeth continua: “Não tenho nem palavras para agradecer esse incentivo e todo o apoio que o Sindicato e a Federação continuam oferecendo para a gente”, conclui.



EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MSTTR

Um jovem, uma vida de militância, um espelho a ser seguido!

"Sou filho de agricultores familiares do município de Medianeira, região Oeste do Paraná, cresci trabalhando com bovinocultura de leite, suínos, aves, mandioca, milho, tabaco e fruticultura".

A frase do jovem trabalhador rural Marcos Junior Brambilla, atualmente vice-presidente e secretário de Política Agrícola da FETAEP, revela o começo de uma longa jornada possível para vários jovens agricultores (as) familiares.

Então vamos conversar como o jovem foi avançando e que instrumentos utilizou para ocupar como jovem os espaços de decisões internos do MSTTR e externos.

Primeiro passo foi focar na aquisição de conhecimento, se materializando em 2004, quando fez o curso de Administração de Empresas em Regime de Economia Familiar no Centro de Treinamento Agropecuário.

Empoderado, logo foi visto como um potencial para contribuir com o crescimento do Sindicato de Capitão Leônidas Marques-PR. Isso aos 21 anos e idade!

Já integrando a diretoria do Sindicato como muitos jovens nesse Brasil continente, passou e contribuir com a formação e empoderamento de novos jovens. "Passei a conhecer mais a fundo as funções do MSTTR e dos Órgãos no município, onde aprendi como o poder público trabalha o setor rural, em especial a agricultura familiar, dentro do Plano de Desenvolvimento do município (Plano Plurianual-PPA, Lei Orçamentária Anual-LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO".

E assim na perspectiva de mostrar a força que vem da juventude, continuou ocupando os espaços de decisão do MSTTR, sendo eleito o 1º Coordenador Estadual de Jovens da Federação e integrando em 2007 a diretoria executiva da entidade como 2º secretário e diretor das políticas de Juventude Rural e de Agrária. "Sabia que não bastava ser apenas jovem. Se queria crescer, precisava buscar conhecimento. Sacrificar tempo para saber mais das coisas e assim repassar aos outros (as)". Assim, graduou-se em Gestão Pública pela UNINTER (Centro Universitário Internacional). Uma demonstração que educação é algo imprescindível!

Após 11 anos de atuação ativa no movimento sindical, Brambilla foi se superando, sendo reeleito em 2011 coordenador de jovens e diretor de Políticas Agrárias da FETAEP e 2015 assumiu a vice-presidência e a Secretaria de Política Agrícola da Federação. "Quero honrar toda a força de militância da juventude que nos trouxe até aqui. Buscarei colocar em prática o que aprendi como jovem em favor da entidade e, consequentemente, dos trabalhadores (as) rurais. Sempre conectado ao trabalhador (a) rural, para com isso, poder desenvolver um trabalho que seja realmente voltado aos interesses da categoria", revela o jovem que já contribuiu com 3 Festivais da Juventude Rural realizados pela CONTAG

Arquivo Fetaep



PARTICIPAÇÃO NA CONTAG – É bom lembrar que no 10° Congresso da CONTAG ficou suplente da direção da Confederação e no 11º CNTTR foi eleito conselheiro fiscal da atual gestão.

Externamente ainda traz como experiências, a participação na mesa diretiva da Coprofam, Conselho Administrativo do Senar PR e Conselho Universitário da UTFPR.

ENTREVISTA

Arquivo pessoal



Milton Inácio Heinen graduou-se pela Universidade Católica de Goiás e é Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal do Goiás. É professor Efetivo do Curso de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, também da faculdade de Direito da Universidade Federal do Goiás e já foi assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG).

O que representa para os (as) assalariados rurais o veto da Medida Provisória 665/2014?

Se o acesso ao seguro desemprego por parte dos assalariados rurais já era muito restrito, ou quase inexistente, o veto ao dispositivo específico (art. 4º-A) da Lei 13.135, de 17 de junho de 2015, representa uma dificuldade ainda maior, tendo em vista que se aplicarão as regras mais restritivas previstas na nova lei para os empregados (as) em geral.

Segundo dados disponíveis na CONTAG, mais de 70% dos trabalhadores rurais, involuntariamente desempregados (as) em razão de encerramento de contrato de safra, fato que se repete seguidas vezes no decorrer do ano, além daqueles mantidos na informalidade e em completo descumprimento das obrigações trabalhistas por parte de seus empregadores (as), estão automaticamente excluídos do benefício.

Portanto, o pequeno percentual de trabalhadores (as) rurais que teriam acesso ao benefício do seguro desemprego, ainda foram prejudicados na medida em que, com o veto presidencial ao dispositivo legal específico que tratava os rurais de forma diferenciada em relação ao seguro desemprego, são jogados (as) na vala comum.

A CONTAG, suas 27 Federações e seus 4 mil Sindicatos têm atuado para que seja corrigido esse erro histórico, que exclui o Seguro Desemprego aos trabalhadores (as) safristas, defendendo assim sua posição de garantir e preservar os direitos dos rurais. Como a CONTAG e suas instâncias podem fortalecer ainda mais essa luta?

Visando de fato um tratamento a garantir igualdade em relação aos trabalhadores (as) em geral, e levando em conta a realidade específica das atividades rurais, deve continuar a luta pela inclusão dos rurais safristas no sistema do seguro desemprego, fixando, por exemplo, tempo mínimo de trabalho devidamente comprovado, utilizando-se a soma de vários contratos de safra, cujos tempos alcançam a exigência estabelecida pela lei aos empregados (as) em geral para a obtenção do seguro desemprego.

Nestas condições, a eventual derrubada do veto presidencial ao dispositivo específico dos rurais (art 4º - A) é bandeira que não pode ser descartada, tendo claro, porém, que não beneficiará a maioria absoluta dos trabalhadores (as) assalariados rurais.

Em uma conjuntura política tão complexa, onde há várias disputas por interesses particulares (Executivo, Legislativo, Judiciário, Mídia e Sociedade Civil), o que fazer para que este e outros direitos dos trabalhadores (as) rurais não sejam violados?

Neste momento em que o legislativo federal é o mais conservador das últimas décadas e claramente contrário aos interesses e necessidades dos trabalhadores, situação esta agravada com o posicionamento do executivo, refém dos interesses do legislativo e do grande empresariado, toma iniciativas contrárias às promessas de campanha e à trajetória de compromissos com a classe trabalhadora, é fundamental retomar as lutas de base e as mobilizações em torno de bandeiras comuns dos trabalhadores.

A classe trabalhadora precisa, neste momento de dificuldades e de grandes riscos de retrocessos históricos quanto a seus direitos, se unir em torno de temas comuns de interesse geral. Exemplo claro é o relativo à terceirização, cujo projeto de lei tramita no congresso e, com campanha milionária na mídia, feita por parte do empresariado, corre grande risco de ser aprovado.

Diante deste quadro, as centrais sindicais, a quem cabe a discussão e encaminhamento de questões de interesse geral da classe trabalhadores (as), buscar a unificação de bandeiras comuns, acima de suas diferenças ideológicas e, com a participação dos sindicatos, Federações e Confederações, realizar grandes mobilizações que de fato resultem em pressões sobre Governo e o Congresso Nacional, visando novas conquistas e evitar os retrocessos que estão a caminho.

EXPEDIENTE / Jornal da CONTAG – Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) | Diretoria Executiva – Presidente Alberto Ercílio Broch| 1º Vice-Presidente/ Secretário de Relações Internacionais Willian Clementino da Silva Matias | Secretarias: Assalariados e Assalariadas Rurais Elias D'Ângelo Borges| Finanças e Administração Aristides Veras dos Santos | Formação e Organização Sindical Juraci Moreira Souto | Secretaria Geral Dorenice Flor da Cruz | Jovens Trabalhadores Rurais Mazé Morais | Meio Ambiente Antoninho Rovaris | Mulheres Trabalhadoras Rurais Alessandra da Costa Lunas | Política Agrária Zenildo Pereira Xavier| Política Agrícola David Wylkerson Rodrigues de Souza | Políticas Sociais José Wilson Sousa Gonçalves | Terceira Idade Maria Lúcia Santos de Moura | Endereço SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-102, Brasília/DF | Telefone (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299 | E-mail imprensa@CONTAG.org.br | Internet www.contag.org.br | Edição e Reportagem Barack Fernandes | Reportagem Lívia Barreto | Projeto Gráfico e Diagramação Fabrício Martins | Impressão Viva Bureau e Editora